

BOLETIM ANFOPE n.4 - Ano 2019

Veja neste número:

Editorial

Descaracterização da Formação de Professores: Aprovação do Parecer 22/2019

Sobre a BNC da Formação: Palavra de Professor

Carta de Salvador: XII Seminário Nacional da ANFOPE

Chamada: XX Encontro Nacional da ANFOPE: UERJ, 9, 10 e 11 de Julho de 2020

Formação em Movimento: A Revista da Anfope em revista

Atualize-se e Agenda

EDITORIAL

Este é o quarto e último Boletim publicado pela ANFOPE em 2019! O ano chega ao fim, entretanto, os ataques à educação e à formação de professores não cessam. No dia 19 de dezembro, o MEC homologou pela Portaria nº 2.167, o Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro pelo Conselho Pleno do CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica – a BNC da Formação. Como já alertávamos no Boletim nº 3, a proposta da BNC da Formação, agora homologada, descaracteriza, desqualifica e empobrece a formação, vinculando-a à lógica estreita, pragmática e centralizadora da BNCC. O CNE e o MEC, com a aprovação e homologação do Parecer 22/19, desconsideraram o esforço empreendido pelas IES no processo de implementação da Resolução 02/2015 e os posicionamentos críticos das entidades nacionais. A Res. 02/2015 incorporou os princípios da base comum nacional, construída historicamente pelo movimento dos educadores ao longo das quatro últimas décadas, e materializou uma proposta de formação que articula formação inicial e continuada e as demandas coletivas da escola básica com uma necessária política de valorização dos profissionais da educação. Se o ano finda com mais um grave ataque à formação dos profissionais da educação com impactos negativos na qualidade da educação básica, nos cabe persistir na esperança e organizar a resistência.

Resistimos! Em 2019, a Anfope desenvolveu uma série de ações que fortaleceram a entidade, ampliaram a mobilização e os vínculos com as demais entidades do campo educacional e incentivaram a resistência coletiva e institucional aos desmontes e retrocessos políticos. Destacamos entre essas, a realização do XII Seminário Nacional de Formação de Professores, em parceria com o Forumdir, o Forparfor e o Forpibid RP, na UFBA, que congregou um número recorde de professores e estudantes interessados na discussão das políticas de formação favorecendo a mobilização e a organização, não só da Anfope como

das entidades parceiras. No evento foi lançada a revista Formação em Movimento, que agora em seu segundo número, a ser lançado ainda em dezembro, traz um dossiê – organizado por Luiz Dourado e Malvina Tuttman, com 15 trabalhos sobre o processo de reformulação dos cursos de licenciatura à luz da Resolução 02/2015, em instituições públicas e privadas em diversos estados brasileiros. Essa obra contribui para a resistência em defesa da Resolução 02/2015. Outra ação importante foi a atualização do Estatuto da Anfope, tornando-a mais ágil administrativamente, o que ocorreu em uma assembleia bastante concorrida, na UFBA.

As contra-reformas educacionais em curso, que englobam a Reforma do Ensino Médio, a BNCC da Educação básica, a agora homologada Base Nacional Comum da Formação de Professores, além das propostas de amordaçamento e controle do magistério - com o projeto Escola sem partido – e de desobrigatoriedade da educação escolar, que o projeto de educação domiciliar pressupõe, a par da militarização das escolas públicas e do marco referencial docente, são ataques que integram um pacote imposto paulatinamente, como se fossem ações isoladas, mas que visam impor a centralização, a padronização e o controle, favorecendo processos de privatização e desobrigação estatal com a oferta pública da educação.

Assistimos, ao longo deste ano, o acirramento do projeto de redução do Estado e de retirada de direitos sociais, duramente conquistados. Tais ações atingem a população como um todo, mas de forma mais aguda as camadas populares. Assim, vemos a queda dos índices de aprovação do Governo Federal, assim como de muitos dos dirigentes estaduais e municipais que defendem o avanço das proposições ultraneoliberais, que não conseguem, como prometido, driblar a crise e aquecer a economia, gerando mais empregos. Ao contrário, a pobreza aumenta jogando cada vez mais famílias na miséria, sem que vislumbremos perspectivas de melhoria a curto e médio prazo: a sensação crescente é de que tudo piorou nos últimos quatro anos. As instituições de educação e pesquisa são atacadas, por Ministros que deveriam defendê-las, com corte de verbas e bolsas e com calúnias insustentáveis, que visam desqualificar a excelência do importante trabalho que desenvolvem.

Entretanto, resistimos em 2019 e vamos continuar resistindo em 2020! Juntos! Professores e estudantes, Universidades e escola básica, sindicatos e associações acadêmicas! Ninguém larga a mão de ninguém! Nossa luta é em defesa da democracia, da educação pública de qualidade referenciada no social, da escola e da Universidade pública, gratuita, laica, inclusiva e plural, da autonomia universitária e de uma formação de professores ancorada nos princípios democráticos e voltada para as demandas formativas da população brasileira marcadamente diversificada e plural.

Desejamos a todos os associados e aos professores brasileiros, saúde, alegria e disposição para prosseguir na luta em defesa da educação pública e da democracia, com fé, esperança e amor fortalecendo a resistência no ano vindouro. Resistimos! Educação, sim! Retrocesso, não!

Descaracterização da Formação de professores: Aprovação do Parecer 22 - a BNC da Formação

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no dia 7 de novembro o Parecer 22/2019 que define as 'novas' Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. O Parecer homologado em 19 de dezembro,

descaracteriza a formação de professores ao propor sua adequação à BNCC, desconsiderando as críticas das entidades nacionais sobre os prejuízos que a imposição de uma padronização espúria trará à qualidade da educação e da formação de professores. O Parecer 22 abre espaço para a desprofissionalização do magistério e a precarização e alienação do trabalho do professor, e para a desqualificação da formação de crianças, jovens e adultos ameaçando o direito à educação.

A ANFOPE e as entidades do campo educacional reiteraram, ao longo de 2019, a importância da imediata implantação da Resolução 02/2015, fortalecendo a resistência aos retrocessos impostos à educação e a uma concepção de formação indissociável de uma política de valorização profissional dos professores conforme os princípios da base comum nacional construída coletivamente pelos educadores brasileiros ao longo das quatro últimas décadas. A defesa e a manutenção da Resolução 02/2015, sem alterações que a descaracterizem, e a autonomia das Universidades na elaboração de seus projetos institucionais de formação, são condições essenciais para a elevação da qualidade do ensino, que não pode ser confundida com o mero ranqueamento por desempenho de instituições educacionais, professores e estudantes.

É importante que os colegiados dos cursos de licenciaturas e as demais instâncias colegiadas das IES formadoras, coordenações, fóruns, faculdades e departamentos da educação, pró-reitorias de graduação, assim como os fóruns de educação e de formação docente, em âmbito municipal e estadual, assim como os professores e estudantes, e suas entidades representativas, se manifestem em defesa da implementação da Resolução 02/2015 e contra a imposição de medidas que descaracterizam e precarizam a formação e afetam a qualidade escola básica. A Anfope está elaborando análise do Parecer 22 à luz dos princípios da base comum nacional, engrossando movimento de resistência acadêmica à proposta de descaracterização da formação recém homologada. Destacamos ainda a necessidade de realização de estudos e análises sobre as propostas contra-hegemônicas em fase de implantação nas IES formadoras, assim como a mobilização dos colegiados dos cursos fortalecendo a resistência à precarização e ao desmonte da formação no âmbito institucional. Essa é a nossa resistência!

Sobre a BNC da Formação - Palavra de professor

No dia 8 de outubro ocorreu no CNE uma audiência pública para a discussão da terceira versão do Parecer de reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais da formação de professores, de autoria do Conselheiro Mozart Neves, relator da proposta. Na plenária estavam representadas diversas entidades acadêmicas, das quais destacamos a Anfope, a Anped, a ABdC e o Forumdir, que se posicionaram de forma veemente pela manutenção e imediata implementação da Resolução 02/2015 e pelo arquivamento da proposta em discussão no CNE. A maioria das manifestações durante a audiência pública foram no sentido de rejeição a proposta do CNE. Posteriormente, em resposta à consulta pública, entidades e professores se posicionaram no mesmo sentido, infelizmente o CNE não divulgou os resultados da consulta, e aprovou, em 7 de novembro, em sessão sem pauta divulgada, sem maiores debates com a sociedade, a proposta, desconsiderando o posicionamento das entidades e o fato das IES formadoras se encontrarem em processo de implantação das DCNs para a formação de professores, dentro do prazo estabelecido pelo próprio CNE.

Trazemos a seguir relato de professor da educação básica do DF que esteve presente à audiência pública no dia 8 de outubro:

Depois de conhecer sobre a ANFOPE em Salvador durante uma semana de intensos trabalhos sobre formação de professores entendi a importância de nós profissionais da Educação Básica conhecermos e participarmos das decisões sobre políticas públicas destinadas à educação. No evento ouvi falas de professoras e professores que resistem nessa

luta a já algum tempo e isso foi renovador e trouxe esperança pela luta por uma educação pública e de qualidade.

Ao voltar para Brasília surgiu a oportunidade de participar de uma reunião do Conselho Nacional de Educação – CNE, que apresentou uma proposta de alteração da Resolução do CNE/CP nº2/2015 – sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores – e a elaboração de uma Base Nacional Comum da Formação de Professores, visando adequar a formação inicial e continuada à BNCC.

Ao ouvir e ler a proposta do relator não encontrei no texto a importância de uma formação crítica e dedicada ao universo da Educação, pois seu parecer subjugava a educação a um produto de mercado empreendedor. Onde estava a defesa da educação crítica, autônoma e cidadã almejada por Paulo Freire e outros educadores brasileiros? Não consegui ouvir calado todas as propostas expostas durante a reunião. Assim como outros colegas da ANFOPE que estavam no local, pedi a voz para deixar claro que era contra a implementação dessa nova proposta, e sim, a continuidade e manutenção da Resolução nº2/2015.

Nossa fala foi de resistência, de luta pela educação. Isso me lembrou o evento de Salvador ao ouvir as palestras das professoras que se dedicaram em criar e organizar a ANFOPE enquanto instituição de luta pela formação de professores. O ensino humanizado defendido por nós passa por nossas faculdades de educação, as quais conciliam prática e teoria com vista a uma formação de qualidade, e não o contrário, como foi posto pelo parecer do relator que apontou no documento uma valorização da prática desvinculada da teoria e com ênfase a uma tecnologia de formação à distância.

Ser professor está para além de entender os novos desafios postos pela BNCC; é preciso investir em educação e formação de qualidade e não sobrecarregar ainda mais o papel do professor da sala de aula com atribuições e responsabilidades que vão impedir ainda mais sua formação continuada e a uma de suas reais funções a de se dedicar à formação de um estudante crítico, reflexivo e atuante na sua sociedade.

Vinicius da Silva, professor da educação básica da rede distrital de Educação /Brasília

XII SEMINÁRIO NACIONAL de FORMAÇÃO de PROFESSORES

XL REUNIÃO NACIONAL DO FORUMDIR

I SEMINÁRIO NACIONAL DO FORPARFOR E FORPIBID RP

Com mais de 1300 inscritos e 720 trabalhos apresentados, o XII Seminário Nacional de Formação de Professores, foi um grande sucesso, tanto na participação quanto na qualidade das mesas e debates, sobre a **Formação de Professores: políticas, projetos, desafios e perspectivas de resistência**, a temática do evento, realizado entre 16 a 19 de setembro, uma parceria exitosa da **ANFOPE** com **FORUMDIR, FORPARFOR e FORPIBID RP**. Acesse nosso site e divulgue a Carta de Salvador:

<http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2019/10/CARTA-DE-SALVADOR-19set2019.pdf>

Carta de Salvador

Nós, educadores reunidos no XII Seminário Nacional de Formação de Profissionais da Educação, XL Encontro Nacional FORUMDIR e I Seminário Nacional Forparfor e Forpibid-RP, realizado entre os dias 16 e 19 de setembro de 2019, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador (BA), frente ao quadro de destruição das políticas públicas e de retrocessos educacionais que afetam a escola e a universidade pública e seus profissionais, nos manifestamos, de forma veemente, contrários e em repúdio:

- ao desmonte do Estado democrático e seus fundamentos, e ao retrocesso nos direitos sociais conquistados, discriminados no artigo 6 da CF, que aprofundam as desigualdades sociais, a pobreza e a discriminação, impactando a sociedade brasileira;
- à degradação socioambiental das cidades e do campo, à devastação dos recursos naturais em especial a que sofre a Amazônia, pela submissão aos interesses econômicos empresariais, prejudicando de forma mais ampla a biodiversidade e a saúde da população;
- ao projeto de Homeschooling que desresponsabiliza o Estado quanto a oferta da escolarização obrigatória, ferindo o direito à Educação;
- aos projetos de privatização da Educação Básica e terceirização da gestão escolar, com as propostas de vouchers escolares e escolas Charters, bem como a entrega da gestão a organizações sociais civis e militares;
- qualquer forma de censura no país, assegurando a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, como explicita o inciso IX do Art. 5, da Constituição, em especial aos profissionais da educação em sua atuação nas escolas, universidades e demais instituições educacionais;
- às políticas que propõem a desprofissionalização, a precarização e a descaracterização da docência, como a figura do 'notório saber';
- à proposta de Emenda Constitucional 438/2018 que autoriza a diminuição de salários e a redução da carga horária dos servidores públicos, ampliando o desmonte das instituições públicas de ensino;
- à proposta do Ministério da Educação de implantação massiva de escolas cívico-militares e às iniciativas municipais e estaduais de militarização das unidades escolares;
- ao fechamento das escolas do campo, e pela efetivação das Res. CNE 01/2008 e 02/2008, assim como ao fechamento de turmas de EJA;
- à implantação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio nas redes públicas de ensino, por seu caráter impositivo, reducionista e aligeirado de processos formativos.
- à Base Nacional Comum da Formação de Professores, em discussão no CNE;
- ao projeto Future-se apresentado pelo governo federal - bem como outros projetos estaduais que compartilham dos mesmos princípios, tais como a minuta da Lei Geral das Universidades no Estado do Paraná -, que materializa o desmonte do projeto de universidade pública, gratuita, democrática, inclusiva, induzindo à privatização do ensino superior público; e
- às proposições em discussão no CNE que pretendem alterar a Resolução CNE 02/2015 de forma a reduzir a carga horária da formação pedagógica e da segunda licenciatura; incluir as competências e habilidades aprovadas na BNCC; e retomar a figura dos Institutos Superiores de Educação como locus da formação docente, entre outros aspectos que desqualificam a formação dos profissionais da educação e autonomia das universidades.

Demandamos, ainda, a imediata revogação

- da Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece o teto dos gastos públicos por 20 anos, inviabilizando novos investimentos e impondo cortes generalizados no orçamento e com efeito direto nas áreas de saúde e de educação;
- da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e
- de todos os cortes nas áreas de educação, ciência e tecnologia, que comprometem o desenvolvimento e avanços no âmbito da ciência e tecnologia.

Considerando a luta dos educadores pela formação e valorização dos profissionais da educação, assim como as proposições da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), nos manifestamos, de forma intransigente, pela defesa:

- da autonomia didático-científica, administrativa e da gestão financeira e patrimonial da universidade pública e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme consta no artigo 207 da Constituição;
- da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas em todas as instituições de ensino, como previsto no Art. 206 da CF e contra o controle ideológico previsto em propostas como do Escola Sem Partido;

- da história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas, nos currículos das escolas e universidades, como prescrito nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, assim como da educação do campo e educação das comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas e caiçaras) entre outras, como explicitado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;
- da manutenção da vinculação mínima constitucional, prevista no Art.212, e ampliação dos recursos públicos exclusivamente para a educação pública;
- do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), e sua implementação com a garantia de recursos para o cumprimento de suas metas e estratégias;
- do Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE) e seu fortalecimento;
- da retomada dos royalties do petróleo e os recursos do pré-sal destinados prioritariamente às áreas de saúde e educação;
- da manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja extinção inviabiliza a oferta da educação básica no país e compromete o acesso as diferentes etapas da escolarização para a maioria da população;
- da manutenção e ampliação das políticas nacionais de assistência estudantil para graduação e pós-graduação, assegurando a permanência dos estudantes menos favorecidos;
- da manutenção das vagas e dos concursos públicos de docentes e técnicos nas universidades públicas, institutos federais e instituições de pesquisa, de forma que o ensino, a pesquisa e a extensão não sejam inviabilizadas;
- da manutenção e fortalecimento das licenciaturas interculturais, indígenas e da educação no campo;
- do respeito à consulta pública para escolha dos reitores das universidades públicas, institutos federais e instituições de pesquisa e que a indicação de dirigentes dessas instituições permaneça como uma decisão democrática de suas comunidades acadêmicas;
- da implementação do Piso Salarial Profissional e dos Planos de Cargos Carreiras e Salários em todas as redes públicas de ensino;
- da manutenção da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial e continuada de professores para Educação Básica - Resolução CNE 02/2015 e sua imediata materialização nos cursos de Licenciatura, reafirmando a base comum nacional, construída historicamente pela ANFOPE, presente na Resolução, para todos os cursos de formação de profissionais de educação;
- da formação dos professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental nos cursos de Pedagogia, caracterizado como uma licenciatura que tem a docência como base da formação; e
- da manutenção de políticas para a formação de professores, considerando sua capilaridade e abrangência nas diferentes regiões do país, sua efetiva aproximação entre as instituições de ensino superior e as unidades escolares dos diferentes sistemas educacionais, com destaque ao Pibid, Residência Pedagógica e Parfor, assegurando seu financiamento.

Reafirmamos a defesa do Estado Democrático de Direito e seus fundamentos, dentre os quais destacamos a soberania nacional, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os objetivos fundamentais da República, a saber a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, assim como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como preceitos fundamentais a serem assumidos por todas e todos. Destacamos a defesa intransigente da educação pública gratuita, laica, estatal, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada em todos os níveis e modalidades, da valorização dos profissionais da educação e do Plano Nacional de Educação como epicentro das políticas educacionais, em uma perspectiva democrática republicana como cabe a uma sociedade constitucionalmente instituída como fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Salvador, 19 de setembro de 2019

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação e equivalente das Universidades Públicas

FORPARFOR – Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PARFOR

FORPIBID RP – Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID RP.

Atualize-se: acesse nosso site www.anfope.org.br

Veja aqui as últimas notícias:

- ✓ **Universidades públicas do Rio de Janeiro se posicionam em defesa da Res. 02/2015!**
20/12/19
- ✓ **Mobilização nacional em defesa do FUNDEB permanente ...** 27/11/2019
- ✓ **BNC da Formação: Ocultar, silenciar, inverter para o Capital dominar.** 27/11/2019
- ✓ **Entidades nacionais repudiam declarações infundadas do Ministro da Educação contra as Universidades federais.** 25/11/2019
- ✓ **“Perspectivas para a política educacional e a formação docente” é a temática do IV Encontro Estadual da ANFOPE MS.** 18/11/2019
- ✓ **Anfope TO discute a formação de professores ...** 11/11/2019
- ✓ **XVIII Encontro Estadual ANFOPE GO.** 11/11/2019
- ✓ **Anfope repudia a aprovação pelo CNE da Resolução que define novas DCNs para a formação inicial de professores** 11/11/2019
- ✓ **Anfope se posiciona em defesa da Res. 02/2015 e pede arquivamento do parecer que propõe a sua alteração.** 29/10/2019
- ✓ **Anfope participa da 39 Reunião da Anped.** 22/10/2019
- ✓ **Anfope parabeniza os professores brasileiros pelo seu dia ...** 15/10/2019
- ✓ **Anfope participa de Seminário na Comissão de Educação da Câmara Federal, no dia do Professor, sobre políticas de formação.** 14/10/2019
- ✓ **Anfope e várias entidades nacionais assinam nota em defesa da Formação de professores e da manutenção da Res. 02/2015.** 14/10/2019
- ✓ **Entidades da área de formação pedem arquivamento do Parecer do CNE.** 11/10/2019
- ✓ **As reformas empresariais em cheque...** 11/10/2019
- ✓ **Anfope lança a revista FORMAÇÃO em Movimento ...** 04/10/2019
- ✓ **Audiência pública no CNE ...** 04/10/2019
- ✓ **Dia 5 de outubro é o DIA Mundial dos professores.** 04/10/2019
- ✓ **Encerramento da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações no Estatuto da ANFOPE, dia 18/09, tem recorde de associados presentes.** 19/09/2019
- ✓ **XII Seminário Nacional de Formação de professores com recorde de público** 19/09/2019

Para envio de informações nos contate: anfope.diretoria@gmail.com

CHAMADA: XX Encontro Nacional da ANFOPE

Em julho (dias 9, 10 e 11 de julho) no Rio de Janeiro, na Faculdade de Educação da UERJ, será realizado o XX ENANFOPE. Vamos discutir e organizar a resistência à descaracterização da Formação de professores. Em defesa da Resolução 02/2015 e sua imediata implementação.

FILIAÇÃO A ANFOPE: Atualização em 2020

Fortaleça nossa luta: atualize seu cadastro no site e efetue o pagamento da Anuidade 2020.

CAMPANHA: **Quem realizar o depósito até o dia 31/01/2020 tem desconto na anuidade:**

- Profissionais da educação/ensino superior: R\$ 120,00 (até 31/01/20 apenas R\$100,00)
- Profissionais da Educação Básica: R\$ 75,00 (até 31/01/20 apenas R\$ 60,00)
- Estudantes de graduação/pós-graduação: R\$ 50,00 (até 31/01/20 apenas R\$40,00)

INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO DA ANUIDADE 2020

- 1) Entre no site da ANFOPE - <http://www.anfope.org.br>
- 2) Clicar em Associe-se
- 3) Preencha a Ficha eletrônica e clique em enviar. Mesmo associados antigos devem efetuar a atualização preenchendo a Ficha.
- 4) Faça a transferência bancária ou depósito do valor da anuidade para a conta:
ANFOPE Nacional – CNPJ 66.075.110/0001-20
Banco do Brasil - Agência: 4405-9 - Conta Corrente – 9.514-1
- 5) **IMPORTANTE!** É necessário o envio do comprovante de depósito para o e-mail anfope.diretoria@gmail.com.

FILIE-SE À ANFOPE ATRAVÉS DO SITE:

<http://www.anfope.org.br/>

AGENDA 2020

MARÇO / ABRIL 2020

Realização de encontros estaduais/regionais da ANFOPE

JUNHO: Consulta pública on line / Eleições para Diretoria Nacional da Anfope

JULHO 2020

09, 10 e 11/07 – Rio de Janeiro (UERJ): XX Encontro Nacional da ANFOPE

11/07/2020 - Assembleia Geral Ordinária da ANFOPE

14 a 17/07/2020 – Rio de Janeiro (UFRJ/UNIRIO/IBC): XX ENDIPE

Organização e Redação deste Boletim: Deise Ramos da Rocha, Lucília Augusta Lino e Suzane da Rocha Vieira Gonçalves.